

SEMANAS SOCIAIS PORTUGUESAS, IV, Braga 2006 – Uma Sociedade Criadora de Emprego: actas.

Braga: Ed. Conferência Episcopal Portuguesa, 2007.

376 p.



Título: Uma Sociedade Criadora de Emprego
Coordenação: Manuel Porto e Bernardino Silva
Lugar e data: Braga 2007
Editor: Conferência Episcopal Portuguesa
Composição gráfica: Empresa do Diário do Minho, Lda.
Design: Bernardino Silva, Manuel Porto e Vera Duarte
Impressão e acabamentos: Empresa do Diário do Minho, Lda.
Impressão: 1000 exemplares
Depósito Legal: 257523/07
ISBN: 978-978-96588-2-2

40.º Aniversário da Carta Encíclica "Populorum Progressio" – 26 de Março de 2007

Uma Sociedade Criadora de Emprego

Actas
IV

SEMANAS SOCIAIS PORTUGUESAS
BRAGA, 9 A 12 DE MARÇO DE 2006

COORDENAÇÃO:
MANUEL PORTO E BERNARDINO SILVA

BRAGA
Conferência Episcopal Portuguesa
2007



Joaquim Azevedo.

O tema que aqui nos reúne convoca para múltiplas abordagens do campo do desenvolvimento humano. Selecciono o da universalidade do acesso à educação, pois creio que a educação escolar desempenha um papel social da maior relevância na formação dos cidadãos e no acesso ao mundo do trabalho. Darei destaque à sua função selectiva e discriminatória que em muito contribui para um acesso desqualificado e muito "arriscado" ao mundo do trabalho. O abandono escolar prematuro é uma chaga sobre a qual importa prosseguir a reflexão.

Procuró, numa intervenção que tem de ser breve, tomar uma questão da actualidade e reflecti-la, deixando algumas interrogações para incentivar a reflexão e melhorar a acção.

Em plena "sociedade do conhecimento" e diante de um processo social de procura crescente dos bens educacionais, após uma avultada e persistente afectação dos recursos de todos nós à educação escolar, não deixa de ser muito preocupante olharmos para o quadro que nos diz que cerca de metade dos jovens portugueses reprova e abandona o ensino de nível secundário¹, após os 15 anos.

¹ Quadro 1.

Quadro 1

Taxas de Retenção e Desistência nos Ensino Básico e Secundário
(Total, Ensino Público e Privado)

Ano lectivo	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º
1994/1995		15,9	9,2	15,8	12,5	11,7	19,4	16,6	13,6	27,9	9,9	29,6
1995/1996		16,6	8,7	14,6	14,9	11,7	21,3	18,2	15,3	39,7	19,2	37,6
1996/1997		19,2	9,4	14,6	16,0	13,9	22,2	19,1	19,6	38,5	19,5	48,9
1997/1998		17,0	9,3	13,1	14,2	13,4	21,7	16,8	16,2	35,8	20,4	49,2
1998/1999		16,4	8,4	11,8	14,0	13,0	20,8	16,4	15,4	36,4	20,3	49,7
1999/2000		15,8	7,8	10,7	13,7	12,5	20,1	16,3	14,8	36,9	20,8	49,8
2000/2001		14,8	8,7	10,2	12,6	12,8	21,2	17,2	15,8	39,4	24,4	52,5
2001/2002		14,9	8,1	9,8	15,1	16,1	22,3	18,0	16,7	38,9	21,9	48,8
2002/2003		13,8	7,5	8,4	14,9	14,6	24,4	17,0	15,3	34,8	19,2	45,3
2003/2004		12,3	5,8	8,0	14,0	13,9	22,8	16,4	13,1	33,4	17,8	48,7
Média		15,7	8,3	11,7	14,2	13,4	21,6	17,2	15,6	36,2	19,3	46,0

Fonte: Revista "Pontos nos ii", 2005

Face aos valores médios relativos à escolarização de 12 anos que alguns dos nossos parceiros europeus apresentam (em 2003) para a sua população que se situa entre os 55 e os 64 anos (a Alemanha, Dinamarca, Noruega e a República Checa estão acima dos 70%), nós ainda só temos para apresentar um cenário em que apenas perto de 40% dos portugueses entre os 25 e os 34 anos tem esse nível de escolaridade.

Porque é não somos capazes de vencer o desafio que nos propusemos realizar de proporcionar o acesso e condições de sucesso a todos e a cada um dos portugueses? O diagnóstico estará mesmo bem feito? Que problemas estruturais nos aprisionam (pois conjunturais já se percebeu que não são)? Será que o desenvolvimento humano constitui, na realidade, o princípio e o fim de todo o desenvolvimento que se promove em Portugal? Que fizemos e fazemos do princípio elementar e central da educabilidade de cada ser humano? Se não há cidadãos não-educáveis, então porque é que há tantos que são rejeitados pelas e que rejeitam as instituições educacionais?

Estamos diante de uma situação dramática. Decretamos a obrigatoriedade da frequência escolar mas não somos capazes de inscrever³ na realidade social instituições que façam aprender o que está previsto ser bem ensinado e bem aprendido (a escolarização é obrigatória, mas a criação de boas condições de aprendizagem para cada um não o será do mesmo modo). Anualmente, sobretudo no 10º ano, muito milhares de jovens (mais de um quarto) reprovam e abandonam as escolas desqualificados, engrossando o caudal dos jovens em risco.

De entre uma multiplicidade de contributos possíveis para realizar esta análise, queria focar aqui a questão da **indiferença institucional** em relação ao destino do outro. É uma questão que a realidade quotidiana nos impõe, tal é a sua violência.

Não será obrigação elementar de cada escola ir de encontro a cada aluno que é obrigado a estar na escola (obrigado pela lei, pela família, pelo desemprego juvenil, pela incerteza sobre o futuro, pelo valor do diploma para iniciar um processo de inserção social,...)? Mas a escola está de facto a ir ao encontro de todos e de cada um dos que procuram a escola (nem que seja por obrigação social)?

Por um lado, podemos dizer que sim. Que há muitos esforços nesse sentido, existem muitos professores e formadores com um exercício profissional de muita qualidade, existem programas de iniciativa do Estado e das entidades locais que visam proporcionar o acesso e o sucesso de cada um e de todos, existem métodos de trabalho e projectos de escola e de turma que captam a atenção, motivam, interessam e se transformam em sentido nos projectos de vida dos adolescentes e jovens.

Mas também sabemos que não, que muitos jovens abandonam a educação escolar desqualificados e socialmente muito vulneráveis, claramente **em risco** numa sociedade que valoriza não só a informação e o conhecimento, mas também o diploma, o consumo e a "aparência" como formas de integração social. Não possuir uma boa qualificação escolar à entrada do mercado de trabalho constitui já hoje uma grave lacuna, que pode influenciar muito negativamente todo o percurso de acesso ao emprego e de manutenção desse mesmo emprego (a empregabilidade).

² Dados da OCDE, 2003 (quadro 2 em anexo).

³ No sentido em que José Gil (2005) usa o conceito de inscrição.

Há jovens que entram e saem da cadeia da educação escolar sem direito ao reconhecimento do seu rosto único! Felizmente que não são a maioria, mas continuam a ser muitos e são geralmente os que mais necessidade tinham de uma maior aproximação humana. Conheço tantos casos de escolas que disso não fazem caso, que nem sabem que este, aquele e aqueloutro adolescente (por vezes muitas dezenas) já abandonaram a sua instituição. Porque, em geral, este abandono é reflectido, silencioso, doloroso.

Esta instituição que hoje é dona do tempo social dos cidadãos⁴, por algum mérito, mas sobretudo por imposição legal, não tem de assumir a sua quota-parte de responsabilidade em cuidar do desenvolvimento de cada cidadão, de cada pessoa que mora em cada aluno que a procura (mesmo que obrigado!)?

Se uma escola e um conjunto de instituições educativas de um dado território não assumem a responsabilidade pelo destino concreto de cada aluno, negam a sua responsabilidade social, a sua faceta de instituição humana por excelência, feita de pessoas, com pessoas e para pessoas, para fazer de cada pessoa mais pessoa.

Mas, dizem alguns, isso é muito fácil de enunciar no plano do discurso, mas impossível de realizar no plano da prática! Não é verdade! É possível e está a ser concretizado em muitos locais! Já há muito que conhecemos esse argumento, que considero uma desculpa que nos ajuda a fugir aos problemas, problemas estes que se traduzem, em geral, em situações realmente difíceis. Nós, que estamos aqui reunidos nas Semanas Sociais da Igreja Católica que está em Portugal, mais do que encontrar desculpas, queremos aprofundar os princípios e actualizar as orientações, entrar cada vez mais fundo e mais largo no mistério do amor aos irmãos. A Igreja Católica que está em Portugal e que tanto "peso" tem (e que tão frequentemente o reclama!) no passado, presente e futuro da sociedade portuguesa é co-responsável pelo que se passa em Portugal e também pela indiferença com que olhamos esta indiferença institucional escolar face ao destino do outro. Os números de que falei inicialmente (e foram poucos) são a expressão clara da recusa do outro dentro de instituições tão centrais para a humanidade do homem neste tempo, como são as instituições educativas escolares.

⁴ De facto, durante um número crescente de anos, as crianças e os jovens permanecem mais tempo em contacto vivo com a escola do que com qualquer outra instituição social, incluindo a família.

Mas esse, dizem ainda outros, não é o papel da escola. Esta existe, acrescentam, exclusivamente para ensinar. É evidente que esse é o instrumento central da sua missão, que se traduz, em termos de finalidade, em fazer aprender, em criar as condições para que todos e cada um possam aceder a importantes bens culturais e desabrochem (se desenvolvam) na sua irrepetível humanidade. Não fujamos também por esta outra porta, a de que a escola pode servir exclusiva e separadamente a instrução! Que tremendo equívoco! Vejo esta "saída" como um mecanismo para sossegar consciências inquietas, nada mais. Qualquer bom professor sabe que o foco da sua missão é o ensino-aprendizagem e que nada de positivo se consegue alcançar em termos de aquisição do "thesaurus cultural" se não há motivação, adesão, trabalho e um caminho pessoal por parte de cada aluno.

Diz a Comissão Episcopal da Educação Cristã que "só uma relação de amor que envolva todos os intervenientes no processo educativo pode tornar fecunda a tarefa educativa". E prossegue: "Educar é um acto de amor. Só o amor é capaz de gerar humildade diante do saber, autoridade que se funda no serviço, respeito pela individualidade de cada um, reconhecimento e autoconfiança, capacidade para dar e receber, apetência para acolher propostas e seguir valores, energia para vencer obstáculos."⁶

A crise da escola é muito profunda mas isso não encerra mistério nenhum: a escola é também, a este propósito, um espelho que reflecte as crises graves que existem nas famílias, nas instituições económicas, nos Estados, na vida urbana, ... Não dando nada por adquirido que não há nada a fazer nestes planos, pois há e muito, sobretudo no plano das famílias, é certo que sobre a instituição educacional escolar repousa hoje uma tremenda responsabilidade social que ela tem dificuldades em exercer, sobretudo diante daqueles que são mais pobres e oriundos de famílias desfavorecidas, quer em capital cultural quer em capital social, nomeadamente diante dos que estão nas escolas e lá não querem estar. O abandono progressivo e a recusa de muitos destes cidadãos são evidentes em muitas instituições escolares. E esses não são precisamente os que primeiro devem ser ouvidos, atendidos, acolhidos, cuidados?

⁵ Eu próprio tenho sido muito crítico em relação ao "transbordamento" de missões que são irreflectidas e descaradamente atribuídas à educação escolar. Não é disso que aqui se trata. Focada sobre a sua missão central, como pode a escola ensinar e fazer aprender todos e cada um dos alunos? Esta é a grande questão social da educação escolar, em Portugal, no início do Séc. XXI, o primeiro momento da nossa história em que todos chegam à escola básica de nove anos.

⁶ Nota Pastoral para a Semana Nacional da Educação Cristã da Comissão Episcopal da Educação Cristã (2005).

Veja-se, apenas a título de exemplo, o caso actual da criação dos cursos de educação-formação nas escolas básicas e secundárias. Escolas há que transformam estas grandes oportunidades educativas na criação de guetos dentro da escola, escolas à parte para meninos "insuportáveis", guetos que mais não são que reflexos dos condomínios privados que queremos manter para nós e à nossa volta. Na realidade, não queremos ver o seu rosto no nosso círculo de alunos "médios", essa é a nossa indesculpável recusa. Onde nos conduzirá esta institucionalização escolar de uma dramática dualização social? Não deveria imperar outro modo de olhar? O Papa Bento XVI diz na sua primeira encíclica: "Eu vejo com os olhos de Cristo e posso dar ao outro muito mais do que as coisas externamente necessárias: posso dar-lhe o olhar de amor de que ele precisa."

Precisamos, de facto, de outra racionalidade, de ir construindo e solidificando outros modos de olhar, que são também outros modos de actuar. Nenhum cidadão que chega à educação escolar, por mais "diferente" que seja, pode ser indiferente a todos aqueles que nela actuam e a quantos com ela colaboram.

Precisamos de continuar a aprender:

- aprender a olhar cada aluno como sujeito-actor-autor e não como objecto de aprendizagem;
- aprender a desenvolver práticas de hospitalidade e de uma pedagogia de proximidade⁷, que recusa virar a cara ao rosto de cada outro, que antes o toma como sua fonte primeira de sentido e de realização humana;
- aprender a reflectir em equipa e sistematicamente sobre o que se está a passar com cada aluno e recusar laborar com base no aluno "médio" que não existe⁸;
- aprender a olhar não só para os alunos que não aprendem mas também para a escola que ensina e não faz aprender (é preciso criar outro modelo de funcionamento das escolas);
- aprender a organizar a escola para o cuidado de cada um (e há tantas melhorias a promover no âmbito organizacional!)⁹;

aprender a estabelecer relações e a criar compromissos entre actores sociais locais, com destaque para o objectivo de apoiar as famílias mais carenciadas (as escolas não estão sós, as famílias são as primeiras e principais fontes de educação, e sós pouco podem as escolas melhorar em termos sociais).

A falta de responsabilidade pelo outro, por cada outro, que aos milhares ficam pelo caminho nas nossas escolas, sejamos claros, é a negação da nossa própria humanidade. Esta exclusão que nos corrói como sociedades humanas, gera a violência e mata (como isto tem sido tão claro nos dias que correm!). Ou, dito de outro modo, "a exclusão consciente do outro é uma ignorância que sabe o que ignora e, como tal, é inaceitável à luz dos valores de um humanismo universal"¹⁰. E à luz da Doutrina social da Igreja?

Não há meio termo: ou aceitamos e acolhemos o outro, cada outro, ou o deixamos abandonado no caminho, ou seja, recusá-lo.

PS:

Todos diferentes, todos iguais? Não!

Todos diferentes, ninguém indiferente, todos próximos.

⁷ Ver trabalhos de Silveira de Brito e de Isabel Baptista (Cfr Bibliografia).

⁸ É tão triste verificarmos que a quase totalidade das escolas não dispõe de tempo (uma hora semanal que seja, ela que é a dona do tempo social) para que cada equipa de professores de cada turma se encontre e pense como está a acontecer a aprendizagem e o des-envolvimento de cada aluno!

⁹ O Estado abafador e a ausência de liberdade de ensino não podem ser considerados obstáculos intransponíveis, mas elementos a analisar e a vencer, com trabalho, com criatividade, com acção concertada e em rede, com muita esperança e confiança na dedicação dos profissionais de educação.

¹⁰ Isabel Baptista (2006).

Referências bibliográficas:

- Baptista, Isabel. *Para uma pedagogia da proximidade humana – a educação no coração das comunidades*. 2006 (policopiado).
- Bento XVI. *Deus é amor. Carta encíclica de Bento XVI*. Lisboa: Paulinas, 2006.
- Brito, J. H. Silveira de. *Da solidariedade à generosidade e à justiça. Comunicação apresentada no Seminário "Ética e teorias da solidariedade ou gerontologia". Universidade Portuguesa*. Porto: 2002
- Comissão Episcopal da Educação Cristã. *Educar é um acto de amor. Nota pastoral para a semana nacional da educação cristã*. Lisboa, 2005.
- Gil, José. *Portugal hoje. O medo de existir*. Lisboa: Relógio d'Água, 2004.
- OCDE. *Education at a glance*. Paris: OCDE, 2005.
- Quadro 2. População que atingiu pelo menos o ensino secundário (12º ano) em 2003 (percentagem por grupo etário)

Quadro 2

Países	25-64	25-34	35-44	45-54	55-64
Alemanha	83	85	86	84	78
Austrália	62	75	64	58	47
Austria	79	85	83	75	69
Bélgica	62	78	68	55	43
Canadá	84	90	86	83	71
Coreia	73	97	83	55	32
Dinamarca	81	86	82	80	74
Espanha	43	60	48	33	19
Finlândia	76	89	85	73	55
França	65	80	69	59	48
Grécia	51	72	60	44	28
Holanda	66	76	71	62	53
Hungria	74	83	81	75	53
Irlanda	62	78	67	52	38
Islândia	59	64	62	58	48
Itália	44	60	50	39	24
Japão	84	94	94	82	65
Luxemburgo	59	68	61	54	50
México	21	25	24	18	12
Noruega	87	95	92	85	76
Nova Zelândia	78	84	81	76	64
Polónia	48	57	49	46	40
Portugal	23	37	22	16	10
Reino Unido	65	71	65	64	57
República Checa	86	92	90	84	77
República Eslovaca	87	94	91	84	70
Suécia	62	91	88	80	69
Suiza	70	76	72	68	61
Turquia	26	33	25	21	16
EUA	88	87	88	89	85

Fonte: OCDE (Education at a Glance, 2005)

